

A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO FUTEBOLTobias Leal Burgos¹**RESUMO**

O artigo evidencia como o futebol cada vez mais se utiliza de conhecimentos pertinentes à Geografia, bem como de geotecnologias, mas não incorpora conceitos da Geografia e nem emprega geógrafos. Observa-se também que a própria produção científica e a literatura acadêmica geográficas não se empenham no estudo do futebol, realizando, quando muito, análises sobre as dimensões sociais e/ou políticas concernentes ao esporte. Partindo deste diagnóstico, um dos objetivos do artigo é sinalizar o enorme potencial que a ciência geográfica pode ter para o futebol, bem como sugerir e indicar o possível surgimento de um novo campo de estudos para a Geografia. Outro objetivo é reivindicar a possibilidade de geógrafos poderem atuar em comissões técnicas e em outras funções do meio futebolístico. Para atender aos objetivos, o artigo apresenta uma conhecida estratégia de defesa, denominada marcação individual por setores, sob um ponto de vista geográfico, no qual a própria estratégia não passa de uma operação de regionalização para melhor reger o território da grande área. Ao final, após discorrer sobre os conceitos de Região e Território, bem como o uso que estes podem ter no futebol, conclui-se que o futebol perde muito quando se utiliza de ferramentas e métodos que são fundamentalmente geográficos, mas não se aprofunda no estudo da própria geografia. O que se propõe aqui é uma nova maneira de se enxergar e de se pensar o futebol, a partir de uma abordagem geográfica.

Palavras-chave: Geografia do Futebol. Território. Região. Grande Área. Estratégia de Defesa.

ABSTRACT

The Geographical Approach to Football

The article shows how football increasingly uses knowledge relevant to geography, as well as geotechnologies, but it does not incorporate concepts from geography nor employ geographers. It is also observed that the scientific production and geographic academic literature do not engage in the study of football, carrying out, at most, analyzes on the social or political dimensions related to the sport. Based on this diagnosis, one of the objectives of the article is to point out the enormous potential of geographical science for football, as well as to suggest and indicate the possible emergence of a new field of studies for Geography. Another objective is to claim the possibility of geographers being able to act in the football field. To meet the objectives, the article presents a well-known defense strategy, called individual marking by sectors, from a geographical point of view, in which the strategy itself is nothing more than a regionalization operation to better govern the territory of the penalty area. In the end, after discussing the concepts of Region and Territory, as well as their possible use in football, it is concluded that football loses a lot when it uses tools and methods that are fundamentally geographical, but does not go deeper into the study of geography itself. What is proposed here is a new way of seeing and thinking about football, from a geographical approach.

Key words: Football Geography. Territory. Region. Penalty Area. Defensive Strategy.

1 - Graduação em Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail do autor:
tobiasburgos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os estudos de temas relacionados ao futebol vêm crescendo no meio acadêmico para muito além da Educação Física, que é uma área na qual o futebol, principalmente no Brasil, sempre foi muito estudado e debatido.

Tal crescimento, teoricamente menos esperado, vem sendo observado na grande área das ciências sociais, em estudos e pesquisas que buscam compreender a influência do futebol na sociedade, as relações sociais que circundam o meio futebolístico, a economia que o futebol movimenta, as identidades dos sujeitos torcedores e assim por diante.

Outro tipo de abordagem tenta contar a história de bairros, cidades e países a partir do futebol ou dos clubes. Importantes publicações, como “Sociologia do Futebol” (Giulianotti, 2002) e “O Futebol Explica O Brasil” (Guterman, 2009) são exemplos deste esforço que tem sido realizado.

O que estes estudos têm em comum, em sua grande maioria, é a ausência de discussões sobre o que se passa dentro de campo, deixando para os profissionais da Educação Física, certamente muito competentes e preparados para esta tarefa, toda a discussão sobre desempenho de times e atletas, sobre as táticas adotadas e maneiras de organizar um time.

O que sobra para a grande área das ciências sociais é uma espécie de ciência do futebol fora das quatro linhas, em que o foco é normalmente nos aspectos culturais, institucionais e políticos, com pouca atenção ao que acontece dentro de campo; pelo contrário, é do gramado para fora. Paralelamente a isto, é possível afirmar que o próprio futebol caminha no sentido inverso.

Nos últimos anos, o futebol passa pelo que pode ser chamado de Revolução Geográfica.

Nesta revolução, o campo, cada vez mais, se transforma em mapa, e, com auxílio de geotecnologia, como aparelhos de GPS, que cada vez mais se tornam parte do uniforme dos atletas, e com o uso de drones em treinamentos e partidas amistosas, uma infinidade de dados é gerada, conformando um verdadeiro Sistema de Informações Geográficas (SIG) futebolístico.

A partir destes dados, são confeccionados mapas capazes de reorganizar e abordar os mais diversos aspectos de uma partida de futebol. Bons

exemplos disso são os mapas de calor, que indicam a parte do campo mais ocupada por cada atleta e/ou time, assim como mapas de faltas e de chances criadas, que passam a ser cartas na manga da comissão técnica e do cada vez mais comum “setor de inteligência” dos clubes.

Pelo efeito imagético óbvio dos mapas, a Revolução Geográfica do Futebol saiu do dia a dia dos clubes e ganhou a mídia esportiva de maneira geral.

Mapas dos mais diversos tipos são produzidos e apresentados em transmissões de jogos de futebol ao vivo na televisão e na internet, bem como em programas de “mesa redonda”, onde se transformam, muitas vezes em objeto de controversos e acalorados debates entre jornalistas e comentaristas esportivos.

Para além da produção de mapas e do uso de geotecnologia de maneira geral, esta Revolução Geográfica do Futebol pode ser observada sob um outro ângulo, que é o da criação de um vocabulário que une futebol e geografia.

Mesmo admitindo a imprecisão teórica e conceitual com as quais, na maioria das vezes, os termos são utilizados, expressões como “ocupar os espaços do campo”, “atacar o espaço”, “controle das regiões do campo” ou “domínio territorial do time” são cada vez mais comuns tanto na mídia quanto no meio do futebol profissional.

Por que, então, o desinteresse do geógrafo pelo que ocorre no futebol dentro de campo? Mesmo com toda esta apropriação de ferramentas e vocabulário geográficos pelo meio do futebol, é notável a carência de produções científicas na área da Geografia sobre o esporte-símbolo do Brasil.

Podemos admitir que talvez os geógrafos estejam preocupados com questões de maior relevância política e econômica, como o meio ambiente e matrizes energéticas, ou então com temas mais tradicionais da Geografia, como a geopolítica ou geografia física.

Entretanto, é impossível ignorar o potencial que o futebol, principalmente no Brasil, apresenta para a geografia em termos de possibilidades científicas e em termos de mercado de trabalho.

Partindo desta ideia, um dos principais objetivos do presente artigo é evidenciar o contrário: o potencial que a Geografia tem para o futebol. Afinal, os geógrafos parecem ter, por sua formação peculiar e abrangente,

especial facilidade e vocação para compreender as organizações espaciais, estratégias territoriais, fluxos e fixos de um jogo, além de uma infinidade de outros fenômenos, dinâmicas e arranjos espaciais que ocorrem durante uma partida de futebol.

Portanto, uma das pretensões do artigo é dar um pontapé inicial num possível novo campo de estudos, abrindo as portas para uma geografia que se preocupe não apenas com os fenômenos decorrentes do futebol, mas também com a própria dinâmica do jogo.

O segundo objetivo, que parte do mesmo princípio que norteia o primeiro, é fazer deste texto um manifesto pela possibilidade de o geógrafo integrar uma comissão técnica de futebol.

É importante ressaltar que não é intenção deste artigo reivindicar um lugar que não é da Geografia, mas mostrar que o futebol pode ser estudado e analisado pelos geógrafos, que tem, no cerne de sua ciência, a preocupação com o espaço e o modo a partir do qual as pessoas se organizam e estruturam [n]este espaço.

Revisão de Literatura

Para cumprir tais objetivos, o artigo analisa uma conhecida estratégia defensiva utilizada por muitos treinadores de futebol à luz dos conceitos geográficos de Região e Território. No caso, o enfoque da análise será a disputa territorial que se dá pela grande área

entre o time que se defende e o time que ataca, e as regiões criadas dentro e ao redor da área pelo time que se defende. Afinal, é através de regiões - como a própria etimologia da palavra sugere (Gomes, 2000) - que melhor se rege um território.

Antes de discorrer sobre os conceitos e como estes se aplicam ao futebol, é importante evidenciarmos o que é a grande área, quais as suas dimensões e a importância que tem para as regras do jogo.

Para isso, lançaremos mão de um importante artifício: o livro de regras da CBF (Confederação Brasileira de Futebol, 2018).

Aliás, para começar, é importante salientar que estamos chamando de grande área o que é oficialmente chamado de Área Penal.

O ponto de partida para falarmos da grande área será descrever a forma que tem e suas dimensões, e isso é importante para que um leitor que não possua muito conhecimento sobre futebol possa se situar. De acordo com o livro de regras da CBF, para delimitar a grande área

São traçadas duas linhas perpendiculares à linha de meta, a 16,5 m do interior de cada poste de meta. Essas duas linhas prolongam-se para dentro do campo de jogo por 16,5 m e são unidas por uma linha traçada paralelamente à linha de meta.

O espaço delimitado por essas linhas e pela linha de meta chama-se área penal (área de pênalti) (CBF, 2018, p.42) - ver **figura 1**.

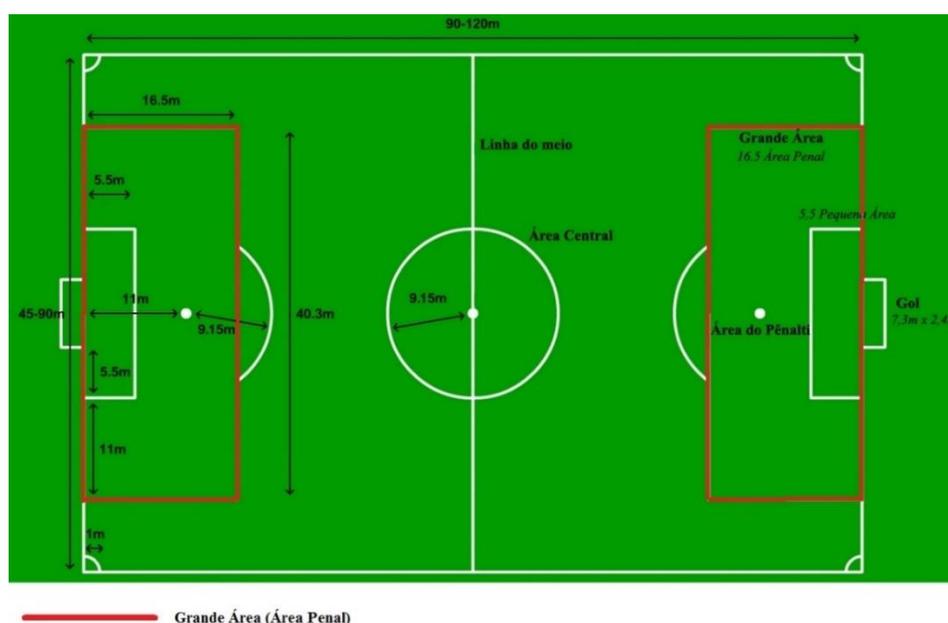


Figura 1 - Grande Área (Área Penal).

O segundo ponto é tratar, de maneira breve, das regras do jogo que envolvem a grande área, e isso é essencial para entendermos, mais à frente, as estratégias defensivas das equipes.

Consideramos que existem duas regras fundamentais que envolvem a grande área: a grande área delimita o espaço em que o goleiro pode pegar a bola com a mão; toda e qualquer falta cometida pela equipe que se defende dentro dos limites da grande área resulta em pênalti para a equipe adversária.

Conhecer as regras do jogo, a importância que a grande área tem e suas dimensões é essencial para, no decorrer do artigo, compreender como os conceitos geográficos de Território e Região serão trabalhados no jogo de futebol.

Utilizaremos o território para caracterizar a grande área em si, disputada pelos dois times, enquanto a região será usada para mostrar como uma das principais estratégias de defesa (Brazão, 2019) - a marcação individual por setores - é fruto da criação de regiões a partir das quais o território é mais bem regido e protegido pelos atores e agentes do jogo.

O território

O território pode ser definido de muitas maneiras diferentes se visto, por exemplo, a partir de autores que possuem diferentes bases teóricas e linhas argumentativas.

Porém, há em praticamente todos os autores um ponto de convergência, que é a certeza de que a existência do território pressupõe uma relação de poder entre pessoas, grupos e/ou instituições.

Por isso, por mais que se queira fugir deste debate, é necessário, sempre que o tema for o território, falar de poder.

Para definir o que é o poder, e assim prosseguir para a discussão do território, utilizaremos dois autores: Norberto Bobbio e Iná Elias de Castro.

Em seu Dicionário de Política (1998), Bobbio trabalha com a ideia de que o poder deve ser analisado de maneira triádica, não sendo suficiente tratar exclusivamente da relação entre a pessoa (ou grupo) que detém o poder e a pessoa (ou grupo) que a ele está submetido: É também necessário tratar da esfera desse poder, como, por exemplo, “O poder do médico, [que] diz respeito à saúde; [e] o do professor, [que diz respeito] à

aprendizagem do saber (...)” (Bobbio, 1998, p.934).

Isto significa admitir que a mesma pessoa (ou grupo) pode estar submetida a diferentes esferas e escalas de poder e exercer, ela própria, poder em outras esferas e escalas, simultaneamente. Um bom exemplo que ilustra esta situação é o caso do professor que exerce poder sobre seus alunos, mas se submete ao poder do médico caso esteja doente. Todos os três envolvidos (professor, médico e alunos) se submetem às leis (ao poder) do Estado.

Para Castro (2005), o poder assume uma feição tripartite, podendo ser poder despótico, poder da autoridade e poder político. A diferença destes três tipos é sutil, pois todos estão ligados ao controle e à dominação. O que distingue um do outro é a maneira através da qual se dão a coerção e o controle. No modelo de poder despótico a coerção e o controle são impostos através do medo e da força; no tipo de poder classificado como poder da autoridade estes mecanismos são diferentes, pois existe legitimidade, conferida ao indivíduo (ou grupo) que exerce o poder através do carisma e/ou da tradição; no poder político, a coerção se dá legitimada pela lei.

Analisando conjuntamente o que diz Bobbio e Castro, pode-se notar que, para ambos os autores, o poder se caracteriza pela relação desigual de forças entre os indivíduos e grupos. Esta desigualdade pode se dar pela capacidade de agir, pela força bruta, pelo medo, pela tradição, pelo carisma ou pela legitimação popular. Definida a maneira que será tratado o poder, podemos prosseguir para a discussão do que é e como pode ser definido o território.

Assim como na discussão acerca do poder, utilizaremos mais de um autor. Para ajudar a compreender o que é o território, e definirmos como ele será entendido no decorrer do trabalho, “escalaremos” dois autores com visões diferentes, mas que, em certo ponto, convergem. São estes Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert.

Partindo do pressuposto de que o espaço é fruto de relações sociais (Massey, 2008); que o poder é onipresente nas relações sociais (Souza, 2000); e que, como visto nos parágrafos acima, o poder se manifesta em diferentes escalas e esferas, Souza aponta o território como estando “presente em toda a espacialidade social” (Souza, 2000, p.96), ou seja, em qualquer escala, podendo variar da

escala de um Estado-Nação para a de uma sala de aula. O autor rompe, assim, com uma ideia tradicionalmente presente no senso comum de que o termo território serve apenas para designar o território nacional ou outros limites legais definidos pelo Estado, como os municípios, por exemplo.

Além disso, o autor indica que os territórios podem ter durações variadas. Para ele, os territórios podem durar séculos, assim como podem durar dias ou horas. O caráter finito de um território não é novidade, mesmo tratando de territórios nacionais. O que não falta no mundo são exemplos de países expandindo as fronteiras ou então desaparecendo.

Outra característica apontada por Souza é a de que territórios podem ser cíclicos ou periódicos. Um exemplo utilizado por Souza (2000) para ilustrar o território cíclico é o caso da praça que durante o dia se constitui enquanto território das crianças e das brincadeiras, por exemplo, mas que durante a noite se transforma em território da prostituição.

Entretanto, há um ponto em que Souza parece se equivocar, ao menos se estivermos tratando o território como conceito geográfico - como pretendemos fazê-lo. Souza, ao tentar definir o conceito, afirma que o território é composto por "relações sociais projetadas no espaço" (Souza, 2000, p.87).

Porém, fica uma dúvida em relação a esta definição: se o espaço serve apenas como base para projeção das relações sociais, por que estudar o espaço? Não teria muito mais sentido estudar apenas estas relações, que seriam aquilo que realmente definiriam o território? Haesbaert e Limonad (2005, p.42) concordam com esta crítica, e contra-argumentam dizendo que "O território é sempre (...) apropriação (...) e domínio (...) de um espaço socialmente partilhado." Desse modo, Haesbaert e Limonad (2005) trazem de volta para a geografia o debate acerca do território.

Os autores em questão, no entanto, parecem concordar a respeito do caráter multiescalar do território. Contribuindo para esta visão, Haesbaert (2005) traz a ideia do multipertencimento territorial. Ele trabalha com a ideia de que a sobreposição de territórios, que cada vez mais se intensifica, cria múltiplas identidades territoriais, que também se sobrepõem.

Um exemplo claro e simples do que Haesbaert quer dizer seria o de um indivíduo

que vive no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Este indivíduo pertence a múltiplos territórios e, portanto, possui múltiplas identidades territoriais (ele é ao mesmo tempo carioca, fluminense e brasileiro).

Apesar da discordância entre os autores e da crítica que Haesbaert faz a Souza, ambos convergem em um outro ponto, reiterando algo que foi dito parágrafos atrás: não é possível falar em território sem falar de poder e, por conseguinte, de dominação e apropriação.

Fato é que, seguindo os caminhos a que esta discussão nos levou, é possível definir território como uma área delimitada (física ou mentalmente) onde um grupo/pessoa/instituição exerce poder sobre outro grupo/pessoa/instituição e, aí sim, por consequência, exerce poder sobre o próprio espaço, do qual se apropria.

Região

A Região é um dos conceitos mais importantes para a geografia, pois guarda em si uma longa história que envolve o debate epistemológico acerca da própria ciência geográfica.

Desde seu surgimento enquanto conceito geográfico (importado da geologia) até os dias atuais, nos quais, segundo inúmeros autores (Gomes, 2000), estaria ruindo diante das homogeneidades do mundo globalizado, o conceito passou por uma série de mudanças em seu significado e no papel que possui para os pesquisadores da geografia.

É no século XIX, quando o conceito de região, então utilizado na geologia, é apropriado pela geografia, que surge a ideia de região natural.

Nesta época, o conceito era trabalhado como maneira de entender a sociedade a partir dos recursos naturais que determinada região teria a oferecer. A ideia foi criticada por ser muito determinista. É justamente na crítica a este modelo que surge a noção de "possibilismo", fundado na ideia de que a natureza "propõe e o homem dispõe" (Fébvre citado por Gomes, 2000, p.56).

Tanto a maneira possibilista quanto a determinista de entender a região, típicas da "Escola Francesa", sofreram duras críticas de Hartshorne.

Enquanto a "Escola Francesa" considerava a região como uma realidade

independente do Homem, Hartshorne mostrava que, na verdade, a região seria “um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço” (Gomes, 2000, p.59). Ou seja, a região não seria algo preexistente, seria invenção humana na tentativa de diferenciar espaços. Este ponto é importante para o entendimento da região nos dias de hoje.

Durante muito tempo, ao longo do século XX, o conceito de região foi perdendo importância, se transformando mais numa técnica da pesquisa geográfica do que no produto da pesquisa. Ou seja, regionalizar determinada área, por exemplo, se transformou em um caminho para compreender um fenômeno ou classificá-lo, e não mais o objetivo da pesquisa em si. Porém, foi justamente pela perda de importância para as pesquisas que a região ganhou importância.

Parece paradoxal - e é. Ao perder importância na pesquisa, ganhou centralidade nos debates internos da geografia. Alguns autores se apressaram ao dizer que era o fim da região enquanto conceito geográfico, pois com a globalização capitalista as sociedades tornam-se cada vez mais homogêneas, impossibilitando ou dificultando o ato de diferenciação das áreas - algo fundamental para a criação de regiões. Entretanto, inúmeros autores trataram de negar tal “extinção”.

Milton Santos (2006) é um dos que nega a “extinção” da região. Para ele, aliás, a região nunca esteve tão presente no mundo, já que, neste momento, “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização” (Santos, 2006, p.165). Ou seja, é um equívoco, como aponta Santos, pensar na extinção da região. Pelo contrário, o conceito se expande, se universaliza e se renova. Outro ponto interessante que o autor acrescenta ao debate, na mesma toada do que foi dito anteriormente, é o fato de que a aceleração do tempo, que certamente efemera as relações, não contribui, como também tentam nos convencer, para a morte da região.

Segundo Santos (2006), o que garante a existência da região não é sua duração, mas sua “coerência funcional”, que a diferencia de outras “entidades”, pois “o fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (Santos, 2006, p. 165).

Santos, de certa maneira, compactua com a visão de Hartshorne, pois também trata a região como produto mental de uma abstração (no sentido filosófico do termo), ou seja, uma “operação mental através da qual elementos e aspectos são isolados, somente no pensamento, sendo que (na totalidade) não existem isoladamente;” (Dicionário Online, 2018).

Esta ideia de que a região é fruto de uma abstração explica a existência de regiões que se sobrepõem, visto que uma mesma área pode ser regionalizada de mais de uma maneira, levando-se em consideração aspectos distintos. Mas como definir que elementos e aspectos serão isolados para criar uma região?

Lévy, outro autor que trabalha com o conceito de região, responde a esta pergunta. Para ele nenhuma fronteira existe a priori; a regionalização depende de uma seleção de critérios, que é “necessariamente convencional, histórica e circunstancial” (Lévy, 1993, p.143). O autor trabalha com a ideia de uma intencionalidade por trás da ação de regionalizar por parte de quem a realiza, e essa intencionalidade, situada no tempo e no espaço, é imperativa para a criação da região.

Antes de finalizar esta seção, é interessante ressaltar que as regiões não estão livres de contradições. Como são fruto de abstrações, que isolam características, dentro das regiões há imperfeições e contradições evidentes. É o caso, por exemplo, da região América Latina, que foi criada levando em conta os fatores linguísticos e culturais, porém nem todos os países da região falam línguas latinas: a Jamaica e o Suriname, por exemplo, falam inglês e holandês, respectivamente.

A região, portanto, pode ser entendida como uma área delimitada através de intenções e abstrações, e que se presta muito bem ao caráter político “de controle e gestão de um território”, como sugere sua origem e sua etimologia (Gomes, 2000, p.73).

Território e a grande área de defesa

Os principais objetivos do futebol são fazer gols e evitá-los. Para alcançar tais objetivos, os times traçam diversas estratégias que são, sobretudo, territoriais. O próprio jogo de futebol pode ser entendido a partir de disputas territoriais. O time que se defende tenta proteger sua grande área, de onde é mais provável que o time adversário faça um

gol, ao passo que o time que ataca tenta se apossar da grande área e seus arredores, com o objetivo de facilitar a execução de jogadas que acabem em gols. Para chegar à área, no entanto, é crucial que o time tenha o controle do meio de campo, e assim por diante. Ou seja, a disputa territorial está presente em toda a espacialidade do jogo. Entretanto, o foco da análise aqui realizada é a grande área e suas adjacências, visto que a gigantesca maioria dos gols ocorre dentro de seus limites, como aponta López (1999, citado por Barletta 2009).

Tendo observado as copas do mundo de 1994, 1998 e o Campeonato Espanhol do mesmo ano, chegou à conclusão de que 83% dos gols foram feitos de dentro da grande área. Outros estudos, como o de Nijorrai (2004, citado por Barletta 2009), sobre a Copa do Mundo de 2002, e de Cunha (2006, citado por Barletta 2009), sobre a Copa de 2006, encontram resultados parecidos - 85% e 73%, respectivamente. Uma média semelhante pôde ser observada na Copa do Mundo de 2018, quando 83% dos gols foram marcados de dentro da área.

A grande área certamente pode ser entendida como um território, e no caso de um treinador que seja também geógrafo esta associação é óbvia, e possibilitará a criação de estratégias de defesa mais eficazes. Mas vamos por partes. Quais os pré-requisitos para que exista um território? Como demonstramos anteriormente, é necessário que haja uma relação desigual de poder entre indivíduos/grupos/instituições; além disso, é necessário que haja uma área delimitada, física ou mentalmente. Estes dois requisitos se fazem presentes na dinâmica do jogo.

Para falar dos requisitos, é importante que os identifiquemos no contexto do jogo de futebol. Qual a relação desigual de poderes entre o time que ataca e o que defende? Inicialmente, a tendência é que o time que se defende leve vantagem em relação ao time que ataca, pois, além de, normalmente, possuir mais jogadores nesta parte do campo do que o time adversário, possui o recurso do goleiro, que, de acordo com as regras do jogo, pode usar as mãos dentro da área penal.

Para evidenciarmos a desigualdade de poder que o goleiro confere ao time que se defende, recorreremos novamente a uma afirmação do Bobbio (1998, p.934): “O poder do médico, diz respeito à saúde; o do professor, à aprendizagem do saber (...)”; e, portanto, o do goleiro, à possibilidade de usar

as mãos. Este poder, no caso, é legitimado pela regra do jogo.

O fato de o goleiro ter o poder de usar as mãos ou o time contar com melhores jogadores e estratégias não constitui, isoladamente, um território, pois a existência de um território, além da desigualdade de poderes entre indivíduos/grupos/instituições, tem como outro pré-requisito, como analisamos alguns parágrafos atrás, a existência de uma área delimitada.

Neste caso específico, esta área é a grande área, na qual, inclusive, se circunscreve o poder do goleiro.

Cumpridos os pré-requisitos, o que falta para considerarmos a grande área um território é mostrar que o time que se defende não apenas exerce seu poder sobre o time que o ataca, mas se apropria do espaço da grande área como consequência disso, conferindo-lhe caráter territorial. E é aí que entra em campo a estratégia de defesa do território, pois, como no jogo de futebol a disputa territorial é constante, a preocupação principal é impedir que o “inimigo” invada seu território, dentro de onde é mais fácil marcar um gol.

Caso se comparasse o futebol a uma guerra, poder-se-ia dizer que para a proteção do território o time conta com soldados na fronteira da grande área (zagueiros, volantes e laterais); para a defesa do gol, o time conta com uma força especial (goleiro). Marcar um gol seria o equivalente a romper a defesa do “inimigo”, o que certamente denotaria uma falha estratégica na defesa do território.

Portanto, somente quando o time que se defende impede a criação de jogadas do time adversário dentro da sua grande área e seus arredores a relação desigual entre poderes se traduz na apropriação do espaço.

Nada impede, entretanto, que o time adversário, através de melhores estratégias, melhores jogadores ou melhor condição física, desequilibre a balança de poder, subvertendo a condição inicial e passando a controlar este território, se fazendo mais presente e superando qualquer tentativa de controle ou apropriação do espaço do time adversário. Tal situação nos faz lembrar do território “cíclico”, descrito por Souza, que se encaixa perfeitamente no contexto do jogo.

No caso específico do jogo, contudo, o território não dura “séculos, décadas, anos, meses ou dias” (Souza, 2000, p.81), ele está o tempo todo sendo feito e desfeito, perdido e recuperado. Na melhor das hipóteses, para um

time muito superior ao outro, o território dura dois tempos de quarenta e cinco minutos mais acréscimos.

Região e a defesa da grande área

Más táticas e estratégias de defesa fazem com que o território do time seja violado ou dominado pelo adversário, e por isso é essencial que estratégias de defesa territorial sejam criadas e aplicadas da melhor maneira possível.

Dito isso, sugerimos que muitas das estratégias, como a marcação individual por setores, sejam entendidas como

regionalizações capazes de tornar mais eficaz a defesa do território.

Antes, contudo, é preciso explicar ao leitor o que é a marcação individual por setores, estratégia muito utilizada por diversas equipes ao redor do planeta.

Esta estratégia se resume em definir setores de responsabilização dos atletas. Isso significa que no setor definido como campo de atuação de determinado atleta ele é o responsável pela marcação do jogador adversário, independentemente da qualidade ou das características do jogador adversário que estiver no setor.

Observando a figura 2 será mais fácil de visualizar a estratégia.

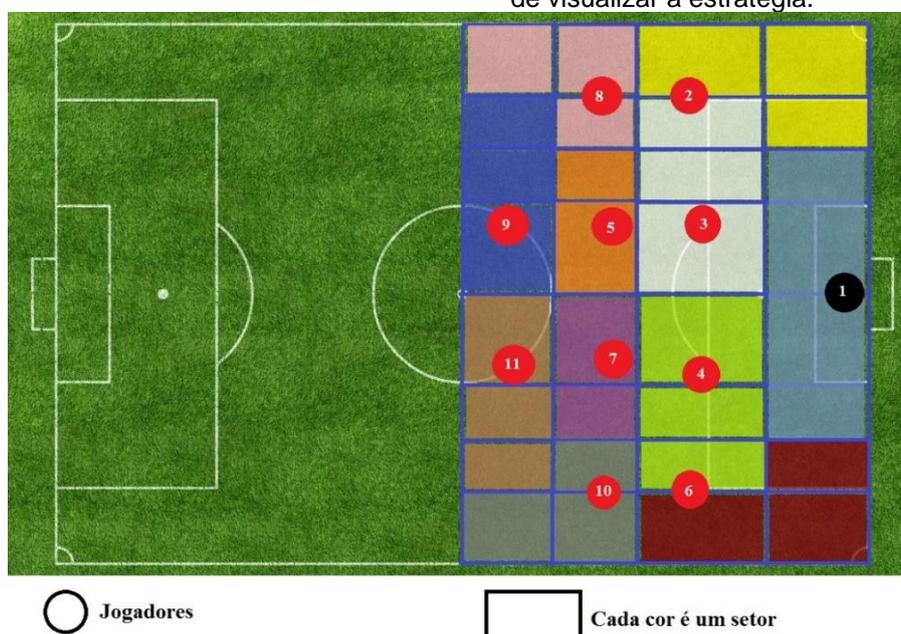


Figura 2 - Marcação individual por setores.

Auxiliado pela figura, o entendimento se torna mais fácil. O treinador divide o campo em setores dentro dos quais determinado atleta é responsável pela marcação do adversário.

O atleta 2 (na Figura 2), em um exemplo simples, tem o dever de marcar o adversário que estiver no setor amarelo, assim como o atleta 4 se responsabiliza pelo setor verde. Não seria isso uma regionalização que auxilia na regência e na proteção do território (grande área e adjacências)? Para elucidar esta questão, faremos como fizemos com o território, trazendo o conceito de região para o debate.

Segundo definimos n'outra parte deste artigo, a região é uma área delimitada através de intenções e abstrações, e que se presta

muito bem ao caráter político "de controle e gestão de um território" (Gomes, 2000, p.73).

Assim sendo, é nítido que a estratégia de criar setores para a ação defensiva dos jogadores é um exercício de criação de regiões. Se a existência de uma região depende da delimitação de uma área através de intenções e abstrações, devemos nos perguntar se há e quais são as intenções e abstrações desta estratégia defensiva.

As intenções por trás da criação das regiões que se apresentam no campo de jogo são óbvias, pois dizem respeito ao melhor controle e defesa do território. Há, portanto, uma crença por parte do treinador e sua comissão técnica de que os jogadores conseguirão desempenhar melhor sua função concentrando suas ações numa região

específica. Esta estratégia muito se aproxima da estratégia que países e Estados adotam de criarem regiões para que a gestão do território se torne mais eficaz.

Explicitadas as intenções por detrás da criação destas regiões, cabe agora identificarmos as abstrações. É importante lembrar que abstração é aqui entendida como “operação mental através da qual elementos e aspectos são isolados, somente no pensamento, sendo que (na totalidade) não existem isoladamente;” (Dicionário Online, 2018).

No caso da marcação individual por setores, como já foi visto, a intenção é melhor proteger o território, inibindo jogadas do adversário, e os aspectos analisados de maneira isolada (as abstrações) são as características de marcação de cada jogador e as exigências de determinadas situações do jogo.

Não é lógico, no entanto, pensar que estas regiões estão livres de contradições, pois pode acontecer, por exemplo, de um jogador marcar muito bem utilizando os pés, mas ser deficiente na interceptação de cruzamentos com a cabeça, e mesmo assim ficar responsável por uma região em que tenha que utilizar a cabeça com mais frequência, ou um jogador canhoto, em determinado lance do jogo, ter que usar a perna direita para marcar o adversário. Estas são apenas algumas das inúmeras contradições que podem existir neste tipo de regionalização.

Assim, partindo de intenções e abstrações, e não excluindo a existência de contradições, criam-se inúmeras regiões que auxiliam no controle e na gestão do território de defesa do time. Isso prova que o jogo de futebol é também um conjunto de fenômenos, dinâmicas e arranjos espaciais; um prato cheio para um trabalho de geografia.

CONCLUSÃO

Ao longo do processo de produção deste artigo, procuramos evidenciar o caráter geográfico que tem o futebol e o fato de que, apesar do futebol cada vez mais aproveitar ferramentas geográficas, pouco utiliza conceitos geográficos ou geógrafos. Isto contribuiu para que a ideia de manifesto ganhasse forma.

É óbvio que o futebol não se resume a uma incessante disputa territorial, na qual o

vencedor do jogo é o time que foi mais eficaz em defender e expandir seu território.

Também é evidente que não é razoável acreditar que o vencedor do jogo é sempre o time que melhor trabalha as regiões.

Afinal de contas, a graça do futebol, o que torna o jogo tão contagiante, é justamente o fato de que ele, ao contrário de outros esportes, rompe com a lógica geográfica, pois, muitas vezes, times que exercem um melhor controle territorial, seja pela estratégia adotada, pela qualidade de seus jogadores ou pela força física, podem perder o jogo.

É seguro, portanto, afirmar que o futebol não se resume a disputas territoriais ou a conceitos geográficos melhor ou pior aplicados.

Entretanto, é bom lembrar que utilizamos apenas dois - em meio a tantos outros - conceitos, o que mostra que a Geografia, impulsionada, inclusive, pelas ferramentas e possibilidades que a aqui chamada Revolução Geográfica do Futebol proporciona, ainda tem muito a contribuir com o esporte, como, certamente, o esporte também tem muito a contribuir com a Geografia.

O fato de nenhuma ciência ou método ser capaz de explicar a lógica - ou a sua ausência - do futebol é algo que contribui para que a abordagem geográfica ganhe força, sendo mais uma dentre todas as inúmeras abordagens que já existem. Por que não? O futebol vai continuar sendo uma caixinha de surpresas, mas quem sabe não tenhamos, em breve, geógrafos-treinadores? Afinal, treinadores-geógrafos nós já temos.

REFERÊNCIAS

- 1-Barletta, F. G. Análise da origem, ocorrência e execução dos gols no futebol. *Efdeportes*. Buenos Aires. Ano 1. Núm. 132. 2009.
- 2-Bobbio, N.; Dicionário de Política: Poder. 11ª edição. Brasília. UNB. 1998. p. 933-943.
- 3-Brazão, M. A marcação defensiva no futebol de campo. *Revista Brasileira de Futsal e Futebol*. São Paulo. Vol. 11. Núm. 46. p.535-548. 2019.
- 4-Castro, I. E. D.; Geografia e Política - Território, escalas de ação e instituições: O poder e o poder político como problemas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2005. p. 95-135.

5-CBF. FIFA. Regras de Futebol: 2018/2019. Rio de Janeiro: CBF. 2018. p. 48.

6-Dicionário Online. 2018. Significado de Abstração. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/abstracao/>> . Acesso em: 08/11/2018.

7-Giulianotti, R. Sociologia do Futebol. Nova Alexandria. 2002.

8-Gomes, P. C. C. Geografia - conceitos e temas: O conceito de região e sua discussão. 2ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000. p. 49-76.

9-Guterman, M. O futebol explica o Brasil. Editora Contexto. 2009

10-Haesbaert, R. Dos múltiplos territórios à múltipla territorialidade. Porto Alegre. p.1-20. 2005.

11-Haesbaert, R.; Limonad, E. O território em tempos de globalização. ETC: Espaço, Tempo e Crítica. Vol. 1. Núm. 2. p. 39-52. 2005.

12-Lévy, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era informática. Instituto Piaget.1993. p. 143.

13-Massey, D. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Bertrand Brasil. 2008. p. 33-44.

14-Santos, M.; A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª edição. São Paulo. USP. 2006. p. 165-166.

15-Souza, M. J. L. D.; Geografia - conceitos e temas: O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. 2ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000. p. 77-115.

Recebido para publicação em 10/09/2021
Aceito em 20/12/2021